



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -  
www.jfpr.jus.br - Email: prectb13dir@jfpr.jus.br

**AÇÃO PENAL Nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR**

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**AUTOR:** PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

**RÉU:** ROBERTO MOREIRA FERREIRA

**RÉU:** LUIZ INACIO LULA DA SILVA

**RÉU:** FABIO HORI YONAMINE

**RÉU:** MARISA LETICIA LULA DA SILVA

**RÉU:** PAULO TARCISO OKAMOTTO

**RÉU:** AGENOR FRANKLIN MAGALHAES MEDEIROS

**RÉU:** JOSE ADELMARIO PINHEIRO FILHO

**RÉU:** PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Designada audiência de interrogatório de Luiz Inácio Lula da Silva para 10/05, às 14:00.

A Defesa do acusado na petição do evento 772 requer a alteração da forma de captação das imagens da audiência para que seja registrado o que se passa em todo o recinto e não apenas o depoimento do acusado.

Comunica ainda que pretende gravar, em áudio e vídeo, a audiência.

2. No termo de 04/05/2017, solicitei esclarecimentos da Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva e oportuneizei manifestação das demais partes.

Em petição do evento 793, esclareceu como pretende realizar a gravação.

O MPF, em petição do evento 792, manifestou-se contrariamente à pretensão da Defesa.

A Defesa de José Adelmário Pinheiro Filho, em petição do evento 794, manifestou-se contrariamente à pretensão da Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva.

3. Não assiste razão à Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva em afirmar que a forma de gravação dos depoimentos em audiência resulte em prejuízo aos acusados.

A câmara é focada no depoente, acusado ou testemunha, porque se trata do elemento probatório relevante e que será avaliado pelos julgadores das várias instâncias.

Não há qualquer intenção de prejudicar o acusado ou sugerir a sua culpa com esse foco, tanto assim que o depoimento das testemunhas, que não sofrem qualquer acusação, é registrado da mesma forma.

Aliás, esse é um procedimento não deste Juízo, mas de toda a Justiça Federal da 4ª Região, de gravar os depoimentos com o foco no depoente.

Por outro lado, se é certo que o novo Código de Processo Civil tem norma prevendo a possibilidade de gravação da audiência por qualquer das partes independente de autorização judicial (art. 367, §6º), também é correto que o Código de Processo Penal não tem equivalente previsão legal.

O que há no CPP é somente a previsão legal de gravação audiovisual, sempre que possível, dos depoimentos (art. 405 do CPP). Se o CPP tem norma específica, não se aplica subsidiariamente o CPC no ponto.

Ademais, considerando que os depoimentos já são gravados, fica sem muito sentido a aplicação subsidiária do art. 367, §6º, do CPC no processo penal.

Nem tudo que é pertinente ao processo civil é igualmente pertinente ao processo penal, já que o objeto deste normalmente envolve questões mais delicadas, acusações criminais de maior impacto e repercussão do que questões cíveis.

Rigorosamente o art. 367, §6º, do CP, precisa ainda ser melhor avaliado pelas Cortes de Justiça, pois a previsão nele contida contrasta com as praxes habituais dos Tribunais, inclusive do Supremo Tribunal Federal, que proíbem que as sessões sejam gravadas em áudio e vídeo pelas partes, admitindo somente a gravação oficial.

Além disso, não se ignora que o acusado Luiz Inácio Lula da Silva e sua Defesa pretendem transformar um ato normal do processo penal, o interrogatório, oportunidade que o acusado tem para se defender, em um evento político-partidário, tendo, por exemplo, convocado militantes partidários para manifestações de apoio ao Ex-Presidente na referida data e nessa cidade, como se algo além do interrogatório fosse acontecer.

Assim, há um risco de que o acusado e sua Defesa pretendam igualmente gravar a audiência, áudio e vídeo, não com finalidade privadas ou com propósitos compatíveis com os admitidos pelo processo, por exemplo permitir o registro fidedigno do ocorrido para finalidades processuais, mas sim com propósitos político-partidários, absolutamente estranhos à finalidade do processo.

A gravação pela parte da audiência com propósitos político partidários não pode ser permitida pois se trata de finalidade proibida para o processo penal.

Também necessário ressaltar que não houve consenso entre as partes acerca da gravação pretendida pela Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo havido oposição tanto do Ministério Público Federal como da Defesa de José Adelmário Pinheiro Filho, este acusado, aliás, com tantos direitos como o ex-Presidente.

Na esteira do que afirmam o Ministério Público e a Defesa de José Adelmário Pinheiro Filho, permitir que um profissional contratado pela parte registre a audiência poderia colocar em risco o sigilo da comunicação entre os advogados e entre os representantes do MPF, pois diálogos paralelos poderiam ser captados, e ainda geraria o risco de exposição desnecessária da imagem das pessoas presentes e que já informaram que não desejam que suas imagens sejam gravadas e expostas na ocasião.

Assim sendo e com base no art. 251 do CPP,, indefiro o requerido na petição do evento 772. Será mantida a forma de gravação atual dos depoimentos, focada a câmara no depoente, pois é o depoimento a prova a ser analisada, e fica vedada a gravação em áudio e vídeo autônoma pretendida pela Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar disso, para evitar qualquer afirmação equivocada de que se pretende esconder algo na audiência, informo que será efetuada, na referida data, uma gravação adicional de imagens do depoimento do acusado Luiz Inácio Lula da Silva, não frontal, mas lateralmente e que retratará a sala de audiência com um ângulo mais amplo. Tal gravação oficial será igualmente disponibilizada no processo às partes.

Ciência ao MPF, Assistente de Acusação e Defesas.

4. Dispõe o art. 296 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região:

*"Art. 296. Durante os trabalhos da audiência, os Juízes deverão adotar as medidas necessárias para evitar a captação sonora ou audiovisual, salvo na hipótese de concordância das partes e sempre de modo a não prejudicar o normal desempenhada função jurisdicional."*

Em vista do ali exposto e de experiência negativa anterior em outra ação penal, na qual conteúdo de depoimento de acusado foi transmitido para veículos de imprensa antes mesmo do fim da audiência, informo às partes, MPF, Assistente de Acusação e Defesas, que será vedado o ingresso, em 10/05/2017, na sala de audiência com aparelhos celulares.

Ciência ao MPF, Assistente de Acusação e Defesas.

5. A OAB/PR solicita que, a pedido do defensor de Luiz Inácio Lula da Silva, seja permitida a presença de representante da Ordem na audiência do dia 10/05.

Muito embora inexista qualquer razão concreta para que a OAB/PR esteja presente, resolvo deferir o requerido, sem maiores considerações.

O Procurador Geral da OAB, que deverá vir sozinho, deve informar na data de hoje, à Secretaria do Juízo a forma de deslocamento pretendido.

Ciência.

Curitiba, 08 de maio de 2017.

---

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003313909v10** e do código CRC **c2f0b4bb**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO

Data e Hora: 08/05/2017 11:25:24

---

**5046512-94.2016.4.04.7000**

**700003313909 .V10 SFM© SFM**